



4043 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

ENSINO DE ORALIDADE NA ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PNLD (1998 - 2016)

Estephane Priscilla dos Santos Mendes - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Alexsandro da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Neste trabalho, tomamos como objeto de reflexão os critérios de avaliação relativos ao eixo de ensino de oralidade na alfabetização, buscando analisar as mudanças e permanências em tais critérios ao longo do tempo, a partir de diferentes edições do Guia do PNLD (1998, 2000/2001, 2004, 2007, 2010, 2013 e 2016). Esse documento tem por objetivo oferecer aos professores um material que os auxilie na escolha do livro didático que será por eles utilizado. Nele, são explicitados os princípios e critérios específicos do processo de avaliação e apresentados o modelo de ficha de avaliação utilizado para análise das coleções e/ou livros didáticos, além das resenhas das obras aprovadas. Para atender ao objetivo da pesquisa, desenvolvemos uma análise documental do Guia de Livros Didáticos do PNLD. Tais critérios relacionam-se, principalmente, à adequação dos gêneros orais a diferentes situações comunicativas, à exploração das relações entre as modalidades oral e escrita da língua e ao uso da língua falada na interação em sala de aula. São esses os critérios que mais apareceram ao longo dos anos, presentes em cerca de 5 (cinco) dos 7 (sete) Guias analisados.

Palavras-Chave: Oralidade. PNLD. Livros Didáticos

1. INTRODUÇÃO

Acreditamos que cabe à escola incentivar a criança a fazer novas descobertas acerca dos usos do oral, permitindo-a utilizar a língua oral em contextos que ainda não são familiares. Nesse sentido, essa instituição pode contribuir ao ensinar certos usos mais formais e públicos da oralidade, auxiliando a criança a compreender que diferentes situações exigem uma maior ou menor monitoração da fala.

Desse modo, para que o trabalho com o oral possa se materializar para além da superfície da fala e/ou como suporte para produções escritas, é preciso conhecer as diferentes práticas de oralidade e as relações que elas mantêm com a escrita, além de se ter claro qual o sentido que se tem dado à oralidade na escola. A constituição da oralidade como objeto de ensino exige um esclarecimento das práticas orais que são exploradas na escola, caracterizando-as em suas especificidades, de forma que sejam explorados os seus diferentes usos. Assim, a oralidade não seria utilizada apenas como meio para exploração de outros objetos de ensino, como leitura e produção de textos.

A oralidade enquanto objeto de ensino pode partir das práticas orais do cotidiano dos aprendizes, mas não deve se limitar a elas. É preciso, pois, que o ensino de oralidade se centre também nas situações de comunicação pública formal, tendo em vista que "o papel da escola é levar os alunos a ultrapassar as formas de produção oral cotidianas para confrontar com outras formas mais institucionais, mediadas, parcialmente reguladas por restrições exteriores" (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 147).

Dessa forma, conforme apontam Dolz e Schneuwly (2004), precisamos levar em consideração a existência de gêneros orais formais que exigem do locutor uma preparação, ou seja, um controle consciente e voluntário, pois são pré-definidos por convenções exteriores que lhes atribuem o seu sentido institucional, mesmo que se deem numa situação de imediatez, como, por exemplo, a entrevista.

Neste trabalho, tomamos como objeto de reflexão os critérios de avaliação relativos ao eixo de ensino de oralidade na alfabetização, buscando analisar as mudanças e permanências em tais critérios ao longo do tempo, a partir de diferentes edições do Guia do PNLD (1998, 2000/2001, 2004, 2007, 2010, 2013 e 2016). Esse documento tem por objetivo oferecer aos professores um material que os auxilie na escolha do livro didático que será por eles utilizado. Nele, são explicitados os princípios e critérios específicos do processo de avaliação e apresentados o modelo de ficha de avaliação utilizado para análise das coleções e/ou livros didáticos, além das resenhas das obras aprovadas.

Para atender ao objetivo da pesquisa, desenvolvemos uma análise documental do Guia de Livros Didáticos do PNLD. Esse procedimento metodológico tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo as informações contidas nos documentos selecionados, por intermédio de procedimentos de transformação, permitindo "passar de um documento primário (bruto) para um documento secundário (representação do primeiro)" (BARDIN, 2011, p. 51).

Consideramos, assim como Le Goff (1990), que todo documento é fruto de escolhas intencionais de quem o elabora, constituindo, assim, um ponto de vista parcial da história. Para o referido autor, "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1990, 288). Esse autor argumenta ainda que todo documento, mais do que parcial, é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziram.

Realizamos inicialmente leituras exploratórias dos referidos Guias e voltamos nossa atenção para a ficha de avaliação apresentada nesse material. Com os critérios identificados nas fichas, elaboramos quadros com os dados gerados. A partir da organização desses dados, construímos categorias temáticas que agrupavam critérios que se referiam a um mesmo aspecto da oralidade. Nessa categorização, reunimos sob uma mesma rubrica critérios presentes em distintas edições do Guia. Tratava-se, nesse sentido, de critérios que, apesar de se referirem a um mesmo aspecto, eram apresentados, ao longo dos anos, com distintas redações.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os critérios avaliativos do PNLD, no que se refere ao eixo de ensino oralidade na alfabetização, observando mudanças e permanências em tais critérios entre os anos de 1998 e 2016, percebemos a existência de uma quantidade razoável de critérios relacionado à oralidade e a diversidade desses critérios, contemplando, assim, diferentes dimensões do oral como objeto de ensino.

Um elemento importante a ser considerado em nossa análise é o aumento do número de critérios relativos à oralidade de um Guia para o outro. Por exemplo, o Guia de 2000/2001 apresenta apenas 2 (dois) critérios no bloco oralidade, enquanto o de 2016 indica 8 (oito) critérios para esse mesmo bloco (vale ressaltar que em 2013 foram 11 critérios especificamente para a oralidade). Consideramos que esse aumento de critérios parece estar relacionado a uma importância maior dada à oralidade como objeto de ensino. Consequentemente, os livros didáticos precisariam dar mais espaço ao trabalho com esse eixo, contemplando suas diferentes dimensões. Esse é outro aspecto que nos chama atenção: a diversificação desses critérios, que, conforme já apontamos, abordam diferentes dimensões do oral.

O conjunto de critérios que categorizamos como “Propõem o uso da língua falada na interação em sala de aula” está presente em todas as edições do Guia, entre 2000/2001 e 2013, sendo excluída apenas na edição de 2016. Esse é um aspecto muito presente nos manuais didáticos, o que podemos afirmar por meio de pesquisas já realizadas com livros didáticos de língua portuguesa (cf. ROJO; BATISTA, 2003; MARCUSCHI, 2005; COSTA-MACIEL, 2006; LEAL; GOIS, 2012). Segundo tais estudos, é comum a presença exaustiva de atividades de conversação informal ou de utilização da língua oral para resolução de atividades escritas, assim como o enfoque em gêneros orais informais. Nesse sentido, acreditamos que, por ser uma abordagem recorrente nos livros didáticos, essa categoria não foi retomada no Guia 2016, de forma a não induzir um trabalho com essa dimensão já tão explorada nos manuais.

Uma categoria que perpassa todas as edições do Guia entre 2004 e 2016 é a que analisa se os livros ou coleções “Exploram as diferenças e semelhanças entre as modalidades oral e escrita da língua”. Acreditamos que esse é um aspecto que, provavelmente, a avaliação busca ressaltar, tendo em vista que ainda é comum a dicotomia imposta entre oral e escrito. Essa dimensão contempla a criação de situações de análise e comparação entre a oralidade e a escrita, em suas dimensões formais e funcionais.

O critério que contempla se os livros/coleções “abordam e valorizam a variação e a heterogeneidade linguísticas” também está presente entre 2004 e 2013. Esse critério contribui para o desenvolvimento da consciência da variação e heterogeneidade da linguagem oral e para uma atitude positiva em relação às variações estigmatizadas, ao propor reflexões sobre o preconceito linguístico e as multivariadas expressões orais. Em 2016, esse critério não aparece no eixo de oralidade, sendo alocado na categoria “Outros conhecimentos linguísticos” com a seguinte redação: “consideram e valorizam a variação linguística, na abordagem das diferentes normas”, englobando, assim, o oral e o escrito.

O desenvolvimento das “capacidades envolvidas nos usos do oral em situações formais/públicas” é tomado como critério em 2004 e retomado em 2010 e 2013. Esse critério apresenta elementos importantes para o ensino do oral, tendo em vista que é papel da escola ensinar certos usos mais formais e públicos da oralidade, auxiliando a criança a compreender que diferentes situações exigem uma maior ou menor monitoração da fala, pois, como já mencionamos, para que o trabalho com o oral possa se materializar para além da superfície da fala e/ou como suporte para produções escritas, é preciso conhecer as diferentes práticas de oralidade e as relações que elas mantêm com a escrita.

Um critério que aparece em 2000/2001 de forma bastante genérica e é retomado entre 2010 e 2016 é a preocupação de que os livros “contemplem gêneros diversos” adequados a diferentes situações comunicativas (entrevista, jornal falado, apresentação de trabalhos, debate, dentre outros gêneros). Esse critério tem relação com a categoria citada anteriormente, pois há, nesse sentido, a preocupação de que diferentes gêneros orais sejam contemplados nos livros didáticos, o que envolve o trabalho de ajuste da fala a situações diversas, por meio da adequação do gênero à situação comunicativa vivenciada. Desse modo, leva-se o aluno a compreender que os gêneros orais, em algumas situações, exigem uma preparação e um controle consciente e voluntário.

Entre 2013 e 2016 alguns critérios foram inseridos e/ou mantidos, sem grandes modificações. Esses critérios contemplam a escuta atenta, a construção do plano textual dos gêneros, a escolha do registro de linguagem adequado a situações diversas, a utilização de recursos audiovisuais e a preocupação com relação à presença de preconceitos associados às variedades orais.

Destacamos, ainda, critérios que aparecem em apenas uma edição do PNLD e não são mais retomados. No Guia 2007, por exemplo, há uma ênfase na “produção de textos orais em turnos longos”, que, de acordo com o próprio Guia, consiste em produzir “textos orais em turnos longos em situação de discurso mais monológico, como na exposição de temas, nas narrativas de acontecimentos e histórias e na apresentação de instruções”. Acreditamos que, da edição de 2010 em diante, esse critério foi contemplado na categoria “Contempla Gêneros Oraais Diversos”, que incluem a produção de textos orais mais longos.

Outro critério que só aparece em 2007 é a exploração da “argumentação e justificativa de opiniões”, que visa a “participação em situações coletivas e individuais de apresentação e defesa de pontos de vista, como em debates e discussões”, dimensão que pode também ser contemplada no trabalho com os diferentes gêneros orais.

A edição de 2013 apresenta um critério voltado para a retextualização, processo que consiste, basicamente, em transformar produções escritas em produções orais e vice-versa ou, até mesmo, converter do oral para o oral e do escrito para o escrito. As atividades de retextualização podem ser consideradas na exploração das relações entre oral e escrito, critério esse que, como já apontamos, está presente em todas as edições do Guia. A retextualização poderia ser incluída também em atividades de oralização da escrita (critério esse que aparece no Guia 2016, como veremos adiante), o que justificaria a não permanência de um critério de avaliação específico para a retextualização.

O Guia 2016 apresenta como critério a “oralização da escrita”, o qual não ocorre nas edições anteriores. Há uma discussão teórica sobre se a oralização da escrita compõe ou não uma dimensão do oral. Defendemos, apoiando-nos em Leal, Brandão e Lima (2011), que sim e que essa atividade ocorre na interface entre o oral e o escrito.

Em suma, os critérios específicos de avaliação para o eixo de ensino oralidade nos livros didáticos para o ciclo de alfabetização giram em torno, principalmente, da adequação dos gêneros orais a diferentes situações comunicativas, além da exploração das relações entre as modalidades oral e escrita da língua e da língua falada na interação em sala de aula. É, a partir desses princípios, que parecem se desdobrar os demais critérios, a partir dos quais surgem as mudanças mais significativas, tendo em vista que, na edição de 2004, o Guia apresentava, basicamente, as categorias de critérios citadas no início deste parágrafo. Já nas edições mais recentes, eles são ampliados e desdobrados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral investigar os critérios de avaliação utilizados pelo PNLD, ao longo do tempo, para o ensino de oralidade no ciclo de alfabetização. Os resultados deste estudo apontaram alguns aspectos que merecem nossa atenção. Primeiramente, podemos identificar, de modo geral, a existência de uma quantidade razoável de critérios relacionados à oralidade e a diversidade desses critérios, contemplando, assim, diferentes dimensões do oral enquanto objeto de ensino.

Tais critérios relacionam-se, principalmente, à adequação dos gêneros orais a diferentes situações comunicativas, à exploração das relações entre as modalidades oral e escrita da língua e ao uso da língua falada na interação em sala de aula. São esses os critérios que mais apareceram ao longo dos anos, presentes em cerca de 5 (cinco) dos 7 (sete) Guias analisados.

4. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

COSTA-MACIEL, Débora Amorim Gomes da **Livros didáticos de língua portuguesa**: propostas didáticas para o ensino do oral. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEAL, Telma Ferraz; BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves; LIMA, Juliana de Melo. O oral como objeto de ensino na escola: o que sugerem os livros didáticos. **Anais da 34ª reunião Anual da Anped**, 2011.

LEAL, Telma Ferraz; GOIS, Siane. **A oralidade na escola**: a investigação do trabalho docente como foco de reflexão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **O livro didático de português**: múltiplos olhares. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.